

Espelho Prova de Direito Administrativo

QUESTÃO 01 (50 pontos):

Além da boa articulação de ideias e argumentos, com o uso preciso do vernáculo, serão considerados:

A) quanto ao poder normativo, os seguintes pontos:

- 1) A competência do prefeito para organização da administração quando não houver aumento de despesa nem criação de órgão público, em matéria da competência do Município (ordenação do espaço urbano, dentre outras);
- 2) A possibilidade de delegação de atribuições a órgão integrante da mesma estrutura hierárquica; e
- 3) A necessidade de lei prévia para a criação de sanções.

B) Quanto à discricionariedade, os seguintes pontos:

- 1) a autorização é ato de consentimento de polícia discricionário, mas que deve ser motivado;
- 2) há discricionariedade na ordenação do espaço urbano, mas ela é limitada e não pode implicar esvaziamento de direitos individuais.

QUESTÃO 02 (50 pontos):

1.O candidato deverá opinar pela possibilidade da solução proposta pela Administração desde que motivada.

2.Os instrumentos possíveis seriam

(i) o contrato de gestão, o termo de colaboração e o termo de fomento.

3. Os principais requisitos para celebração dos instrumentos seriam

(i) a realização de processo seletivo,

(ii) a elaboração de plano de trabalho,

(iii) a necessidade de experiência prévia da entidade selecionada.

4. Além disso, será considerada a boa articulação de ideias e argumentos, e o uso correto do vernáculo.

Espelho Prova Direito Processual Civil

QUESTÃO 03 (50 pontos):

No que tange à pergunta “a”, o candidato deve diferenciar os atos processuais de desistência da ação e desistência do recurso quanto à produção dos seus efeitos. Enquanto a desistência do recurso produz efeitos imediatamente e independe de homologação judicial (art. 200, *caput*, do

CPC), a desistência da ação somente produz efeitos após a respectiva homologação judicial (art. 200, parágrafo único, do CPC).

Relativamente à pergunta “b”, o candidato deve afirmar ser lícito ao impetrante desistir de ação de mandado de segurança independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora e a qualquer tempo, mesmo após sentença de mérito denegatória, desde que antes do trânsito em julgado. Nesse sentido: STF, RE 669.367/RJ; STJ, REsp 1.916.374/PR.

Além disso, será considerada a boa articulação de ideias e argumentos, e o uso correto do vernáculo.

QUESTÃO 04 (50 pontos):

No que tange à pergunta “a”, o candidato deve afirmar que não são devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada (art. 85, § 7º, do CPC). Por consequência, é possível a condenação da Fazenda Pública, na condição de executada, ao pagamento de honorários sucumbenciais na fase de cumprimento de sentença, nas seguintes situações: (i) quando houver impugnação, julgada total ou parcialmente improcedente; (ii) quando o valor exequendo não ensejar a expedição de precatório; e (iii) nas execuções individuais de sentença proferida em ação coletiva (súmula n. 345 do STJ).

Relativamente à pergunta “b”, o candidato deve afirmar serem devidos honorários sucumbenciais na fase de cumprimento de sentença pelo Município de Nova Iguaçu, pois o valor exequendo na hipótese apresentada é sujeito à expedição de pequeno valor (art. 100, § 4º, da CRFB), não ensejando a expedição de precatório.

Além disso, será considerada a boa articulação de ideias e argumentos, e o uso correto do vernáculo.

Espelho Prova de Direito Constitucional

QUESTÃO 05 (50 pontos):

Espera-se que o candidato aborde os seguintes tópicos:

- Não cabe emenda à lei orgânica sobre matéria de iniciativa privativa do chefe do executivo.
- Secretários municipais são agentes de livre nomeação pelo chefe do executivo.
- Os princípios republicano, da moralidade e da impessoalidade administrativa não esvaziam o legítimo espaço de discricionariedade política do chefe do executivo.
- A limitação pretendida a essa prerrogativa viola a separação de poderes.
- A Súmula Vinculante que veda o nepotismo não se aplica a agentes políticos, segundo o entendimento do STF.

A pontuação considerará, ainda, a correção no uso da língua portuguesa, a capacidade argumentativa do candidato e a coerência lógica na exposição das ideias.

QUESTÃO 06 (50 pontos):

Espera-se que o candidato aborde os seguintes tópicos:

- O Município possui competência para dispor sobre o uso e a ocupação do solo e para promover o ordenamento urbano;
- Os entes federados têm competência comum para proteção à saúde e ao meio ambiente;
- A proibição de instalação de antenas de transmissão de telefonia celular em certos locais não interfere com o serviço de comunicação;
- A competência privativa para legislar sobre determinado serviço público não impede que seus prestadores estejam sujeitos a competências de outros entes que, sem dispor diretamente sobre a atividade, nela produzam efeitos.
- Também será considerado o conhecimento dos precedentes do STF sobre a matéria;

A pontuação considerará, ainda, a correção no uso da língua portuguesa, a capacidade argumentativa do candidato e a coerência lógica na exposição das ideias.

Espelho Prova de Direito Civil e Empresarial

QUESTÃO 07 (50 pontos):

- Discorrer sobre
 - a) Estabelecimento como complexo de bens organizado para o exercício da empresa, por empresário ou sociedade empresária;
 - b) Composição do estabelecimento por bens corpóreos e incorpóreos;
 - c) Distinção entre estabelecimento e local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual;

Além disso, será considerada a boa articulação de ideias e argumentos, e o uso correto do vernáculo.

QUESTÃO 08 (50 pontos):

- a) Distinção na enfiteuse de domínio direto e domínio útil;
- b) Viabilidade da usucapião do domínio útil;
- c) Manutenção da titularidade do domínio direto do Município;

Além disso, será considerada a boa articulação de ideias e argumentos, e o uso correto do vernáculo.

Espelho Prova de Direito Financeiro e Tributário

QUESTÃO 09 (40 pontos):

- Distinção entre taxa e preço público
- Regime jurídico da cobrança (aplicação ou não dos princípios da legalidade e anterioridade tributária)
- Validade e vigência da exação majorada
- Além disso, será considerada a boa articulação de ideias e argumentos, e o uso correto do vernáculo.

QUESTÃO 10 (60 pontos):

- Prazo quinquenal de prescrição intercorrente
- Entendimento do STJ sobre a interpretação do art. 40 da Lei nº 6.830/1980, quanto ao termo *a quo* do prazo de suspensão processual de 1 (um) ano (cf. Recurso Especial 1.340.553)
- Entendimento do STF sobre a constitucionalidade do art. 40, § 2º, da Lei nº 6.830/1980 (cf. Recurso Extraordinário 636.562)
- Além disso, será considerada a boa articulação de ideias e argumentos, e o uso correto do vernáculo.

Espelho Prova de Direito do Trabalho, Previdenciário e Processual do Trabalho

QUESTÃO 11 (50 pontos):

a) Previamente ao ingresso no cargo público, José Alves era segurado obrigatório do RGPS, na qualidade de contribuinte individual, conforme art. 12, V da Lei n. 8.212/91.

b) Não. Atualmente, os regimes próprios de previdência social se limitam a concessão de aposentadorias e pensões e, portanto, o afastamento por incapacidade temporária será custeado pela Fazenda Municipal, diretamente, conforme art. 9º, § 3º da EC nº 103/19.

Além disso, será considerada a boa articulação de ideias e argumentos, e o uso correto do vernáculo.

QUESTÃO 12 (50 pontos):

- conceituar o princípio da ultratividade.

- indicar a alteração promovida pela reforma trabalhista (Lei nº 13.467/17), nos termos do §3º do art. 614 da CLT.

- demonstrar a evolução jurisprudencial sobre o tema, indicando a posição do Tribunal Superior do Trabalho, com a edição da súmula 277, e a posição atual do Supremo Tribunal Federal, consagrada no julgamento da ADPF 323.

Além disso, será considerada a boa articulação de ideias e argumentos, e o uso correto do vernáculo.